

SOLAR 7 ENERGIA SPE S.A. (EM FASE PRÉ-OPERACIONAL)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Solar 7 Energia SPE S.A. em fase pré-operacional, constituída em 14 de setembro de 2021, é uma sociedade anônima de capital fechado sediada na Estrada P/ Serrote, s/n, Sítio Juazeiro, município de Iguatu, estado do Ceará.

A Companhia tem por objeto social o aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e indústrias não especificados anteriormente; instalação de máquinas e equipamentos industriais; geração de energia elétrica; comércio atacadista de energia elétrica; obras de montagem industrial; e aluguéis de imóveis próprios.

A Companhia atualmente está em fase pré-operacional com previsão de início de suas atividades para o 2º semestre de 2025.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de apresentação

2.1.1. Declaração de conformidade

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pela Lei no 11.638/07 e pela Lei no 11.941/09.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 16 de abril de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.1.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

(a) Julgamentos

A Administração da Companhia não identificou situações que tenham gerado julgamentos críticos sobre as políticas contábeis adotadas no exercício corrente que apresentem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

SOLAR 7 ENERGIA SPE S.A. (EM FASE PRÉ-OPERACIONAL)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Estimativas e premissas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. A Administração da Companhia não identificou incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício.

2.1.5. Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis

2.2.1. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. Deve ser apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Por ainda estar em fase pré-operacional, a Companhia não auferiu receitas decorrentes de sua atividade principal no ano calendário em questão.

2.2.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

SOLAR 7 ENERGIA SPE S.A. (EM FASE PRÉ-OPERACIONAL)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tais no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. O principal ativo financeiro classificado nesta categoria é “Aplicações financeiras” (Nota 3).

Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os principais ativos financeiros que a Companhia possui e mantém classificados nesta categoria são:

- Valores a receber de partes relacionadas.

b. Passivos financeiros

Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros que a Companhia possui e mantém classificados nesta categoria são:

- Fornecedores;
- Obrigações tributárias.

2.2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

SOLAR 7 ENERGIA SPE S.A. (EM FASE PRÉ-OPERACIONAL)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2.4. Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada considerando a melhor estimativa da entidade quanto à duração econômica do ativo, refletindo sua obsolescência e desgaste ao longo do tempo.

2.2.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.2.6. Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base no resultado contábil, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável mensal excedente a R\$ 20.000 e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

O lucro tributável geralmente difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

2.2.7. Lucro (prejuízo) líquido por ação

Está calculado com base no número de ações existentes na data do levantamento das demonstrações financeiras.

2.2.8. Novas normas e interpretações

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e pelo CPC. As seguintes alterações dos pronunciamentos contábeis tornam-se obrigatórias para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024:

- Alteração da norma IAS 1 (CPC 26 - R1) - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
- Alteração da norma IFRS 16 (CPC 06 - R2) - Passivos de arrendamento em uma venda e arrendamento mercantil de retorno;

SOLAR 7 ENERGIA SPE S.A. (EM FASE PRÉ-OPERACIONAL)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alteração da norma IAS 1 (CPC 26 - R1) - Passivo não circulante com cláusulas restritivas (*covenants*); e
- Alteração das normas IAS 7 (CPC 03 - R2) e IFRS 7 (CPC 40 - R1) - Acordos de financiamentos de fornecedores.

As emissões/alterações de normas efetuadas pelo IASB e pelo CPC que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Empresa.

Ademais, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após, e a Empresa ainda está avaliando os possíveis impactos, se houver, em suas demonstrações financeiras da adoção destas normas:

Alterações nas Normas Contábeis IFRS	Data de aplicação obrigatória
Alteração da norma IAS 21 (CPC 02) - Falta de conversibilidade. Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. Aplicação antecipada permitida.
Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 (CPC 48) - Alteração na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.
Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS. Efetua alterações nas normas IFRS 1 (CPC 37 - R1), abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7 (CPC 48), abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9 (CPC 48), abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10 (CPC 36 - R3), abordando a determinação do “de facto agent” e IAS 7 (CPC 03 - R2), abordando aspectos relacionados ao método de custo.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.
Emissão da norma IFRS 18 (CPC 26 - R1) - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, além das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs).	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.
Emissão da norma IFRS 19 (CPC 45) - Controladas sem obrigação legal de divulgação. Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as demonstrações financeiras consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2024
Caixa	1
Banco conta movimento	1.759
Aplicações financeiras (a)	4.571.283
	4.573.043

SOLAR 7 ENERGIA SPE S.A. (EM FASE PRÉ-OPERACIONAL)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) As aplicações financeiras registradas no ativo circulante como caixa e equivalentes a caixa estão representadas por recursos aplicados em Fundos de investimentos, cuja rentabilidade tende a se igualar à taxa DI. Essas operações são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data do balanço. Estes investimentos podem ser resgatados a qualquer momento pela Companhia, por um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança no seu valor.

Não há saldo de caixa e equivalente de caixa da Companhia dados em garantias de dívidas em 31 de dezembro de 2024.

4. Tributos a Recuperar

	2024
COFINS não cumulativo a recuperar	13.111
PIS não cumulativo a recuperar	3.205
IR Diferido s/ Aplic Financ	14.373
IRPJ Negativo 2024	22.511
	53.200

5. Imobilizado

	Máquinas e equipamentos
Taxa de depreciação (a.a.)	-
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023 (Não auditado)	-
(+) Adições	221.149
(-) Baixas	(20.456)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	200.693

O ativo imobilizado está constituído ao custo de aquisição. As máquinas e equipamentos registradas não estão em operação, pois os parques solares ainda estão em fase de construção. Desta forma, a Companhia não reconheceu a depreciação destes ativos no exercício corrente.

5.1. Análise de recuperabilidade do imobilizado (*impairment*)

Não foram identificadas evidências internas e/ou externas que suscitassem indicativos de *impairment*, estabelecidos pelo CPC 01 (R1), motivo pelo qual a Companhia não testou o valor recuperável do saldo líquido do ativo imobilizado.

6. Direitos de uso de bens

	Ativos de direito de uso (arrendamento)
Taxa de depreciação (a.a.)	3,22%
Saldo líquido em 01 de janeiro de 2023 (Não auditado)	-
(+) Adições	2.107.574
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023 (Não auditado)	2.107.574
(-) Depreciações	(56.655)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	2.050.919

6.1. Arrendamentos

A Companhia possui o direito de uso do imóvel onde está instalada a Usina Solar pelo prazo de 31 anos. Trata-se do Sítio Tamanduá, onde a Companhia pretende executar suas atividades após o início de suas operações. Considerando que o ativo objeto do arrendamento é facilmente identificável, que a Companhia obtém os benefícios econômicos e gerencia o seu uso, foi aplicado o CPC 06 (R2) – Arrendamentos e reconhecido o ativo de direito de uso e o correspondente passivo de arrendamento.

SOLAR 7 ENERGIA SPE S.A. (EM FASE PRÉ-OPERACIONAL)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ativo denominado 'Direito de Uso' é o correspondente àquele que representa o direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento. Já o passivo gerado em contrapartida representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade.

A taxa utilizada para determinação do valor presente do ativo de direito de uso, foi o IGPM, conforme contrato de arrendamento.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas abaixo:

6.2. Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas são apresentados como ativos de direitos de uso, conforme segue:

Ativo arrendado	Início	Vencimento
Sítio Tamanduá	Fev-2023	Fev-2054

A movimentação dos ativos de direito de uso para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024.

	2024	2023 (Não auditado)
Saldo inicial	2.107.574	-
(+) Adições	-	2.107.575
(-) Depreciações	(56.655)	-
Saldo final	2.050.919	2.107.575

6.3. Passivos de arrendamento

A movimentação dos arrendamentos a pagar para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	2024	2023 (Não auditado)
Saldo inicial	2.107.575	-
Adições	-	4.476.000
Juros a incorrer	-	(2.368.425)
Juros incorridos	6.364	-
Pagamentos	(121.063)	-
Saldo final	1.992.876	2.107.575
Circulante	134.826	136.364
Não circulante	1.858.050	1.971.211

Após a adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia apresentou passivos de arrendamento separadamente de outros passivos no balanço patrimonial. Alternativamente, uma entidade (arrendatário) pode optar por apresentar passivos de arrendamento dentro de 'Empréstimos e financiamentos'.

SOLAR 7 ENERGIA SPE S.A. (EM FASE PRÉ-OPERACIONAL)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

O cronograma de amortização dos pagamentos em 31 de dezembro de 2024 apresenta a seguinte composição:

Descrição	Pagamentos futuros mínimos de arrendamento	Juros	Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento
Menos de um ano	150.372	(15.546)	134.826
Entre um e cinco anos	751.858	(177.720)	574.138
Mais de cinco anos	3.452.708	(2.168.796)	1.283.912
	4.354.938	(2.362.062)	1.992.876

7. Fornecedores

	2024	2023 (Não auditado)
Da Fonte Advogados	-	3
Sollos Soluções Em Geologia Ltda	-	45.546
Aureliano Jose Cavalcante Santos Filho	2.160	-
Emc Serviços Empresariais Ltda	2.295	-
R De C De Oliveira Ordonho	1.752	-
	6.207	45.549

8. Patrimônio Líquido

8.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito está representado por 5.297.852 (cinco milhões duzentos e noventa e sete mil oitocentos e cinquenta e duas) ações, sem valor nominal, totalmente integralizado pelos acionistas no montante de R\$ 5.297.852, em moeda corrente nacional, assim distribuídas:

Acionista	Quantidade de ações	R\$ mil	Participação
Solar I Energia SPE S.A.	1	1	0,01
Fundo de Investimento Solar I	5.297.851	5.297.851	99,99
	5.297.852	5.297.852	100,00%

Foram aprovados no ano de 2024 3 (três) aportes de capital, advindos do Fundo de Investimento Solar I sendo:

- R\$ 1 em 20 de março de 2024 via aporte de caixa.
- R\$ 2.300.000 em 17 de julho de 2024 via aporte bancário.
- R\$ 2.698.999 em 23 de setembro de 2024 via aporte bancário.

Foi aprovado no ano de 2024 1 (um) aporte de capital, advindo do acionista Solar 1 sendo:

- R\$ 297.852 em 01 de julho de 2024 decorrente de AFAC.

Foram aprovados no ano de 2024 2 (duas) transferências de ações do acionista Solar I Energia SPE para o acionista Fundo de investimento Solar I sendo:

- R\$ 999 em 17 de julho de 2024.
- R\$ 297.852 em 30 de setembro de 2024.

SOLAR 7 ENERGIA SPE S.A. (EM FASE PRÉ-OPERACIONAL)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

8.2. Distribuição de lucros

Ao acionista é garantido um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações, conforme o estatuto social da Companhia.

9. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023 (Não auditado)
Pró-labore	(5.648)	-
Aluguel de imóveis	(24.000)	(24.000)
Depreciação e Amortização	(56.655)	-
Serviços Prestados PJ	(1.583)	-
Contabilidade	(7.257)	(10.060)
Advocacia	(18.546)	(1.903)
Auditoria	(2.444)	-
Taxas de Conselho de Classe	(399)	-
Publicações, Jornais e Revistas	(660)	-
Softwares	(10.178)	-
Despesas com Cartório	-	(39)
Ambiental, Fundiário e Conexão	(102.234)	(11.414)
Captação de Recursos	(25.000)	-
Implantação	(55.613)	(74.963)
(-) PIS Crédito s/ Consultoria	622	-
(-) COFINS Crédito s/ Consultoria	2.863	-
INSS	(1.130)	-
	(307.862)	(122.379)

10. Despesas Tributárias

	2024
Impostos e Taxas Estaduais	8.827
Impostos e Taxas Municipais	3.499
	12.326

11. Receitas e despesas financeiras

	2024
Rendimentos de aplicação financeira	163.989
Descontos Obtidos	3
PIS s/ Receitas Financeiras	(1.066)
COFINS s/ Receitas Financeiras	(6.560)
Total de receitas financeiras	156.366
Despesas bancárias	(34.878)
IOF	(56)
Juros passivos	(5.080)
Juros S/ Arrendamento	(6.364)
Total de despesas financeiras	(46.378)
Resultado financeiro	109.988

SOLAR 7 ENERGIA SPE S.A. (EM FASE PRÉ-OPERACIONAL)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Transações Com Partes Relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, empresas ligadas ao grupo sob controle do acionista controlador, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1). Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras, bem como transações mantidas com partes relacionadas durante os exercícios que tenham efeito sobre o resultado são:

	2024	2023
Passivo não circulante:		
Créditos com partes relacionadas		
Solar 9 Energia SPE S.A. (a)	3.493	3.493
	3.493	3.493

(a) Durante o exercício foram realizados pagamentos de faturas de partes relacionadas não atualizados monetariamente. A Administração entende que esses montantes serão reembolsados ou convertidos em participação societária em exercícios subsequentes.

13. Processos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para perdas com processos judiciais. Em 31 de dezembro de 2024, não existiam processos judiciais contra a Companhia de perspectiva de perda provável que requeiram constituição de provisões, bem como possíveis divulgações requeridas.

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda entregues nos últimos cinco anos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2024, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento, muito embora, não se espera que existam passivos adicionais ou informações relevantes que não estejam divulgadas nessas demonstrações financeiras.

Ademais, no dia 8 de fevereiro de 2023 o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, nos Recursos Extraordinários 955.227 (Tema 885) e 949.297 (Tema 881) sobre a possibilidade de se desconstituir (desfazer) a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo (continuado) em matéria tributária. Após a devida análise pelos assessores jurídicos da Companhia de seus processos tributários em polo ativo e passivo em que ela é ou foi parte, não foi alcançado qualquer caso que possa ser impactado pela citada decisão sobre as suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

14. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis, e metodologias de valorização apropriadas para cada situação.

SOLAR 7 ENERGIA SPE S.A. (EM FASE PRÉ-OPERACIONAL)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

14.1. Classificação dos instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado, conforme segue:

	Classificação	2024	2023 (Não auditado)
Ativos financeiros			
Caixa e bancos	Custo amortizado	1.760	-
Aplicações financeiras	Valor justo meio do resultado	4.571.283	-
Total dos ativos		4.573.043	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	6.207	45.549
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado	134.826	136.364
Obrigações Tributárias	Custo amortizado	2.505	2.331
Obrigações Trabalhistas e Sociais	Custo amortizado	3.389	-
Total dos passivos		146.927	184.244

Valor contábil versus valor justo

Para todas as operações, a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. As operações de empréstimos e financiamentos referem-se basicamente a captações que preponderantemente estão indexadas a taxas pré-fixadas, assim, na hipótese da aplicação da metodologia de apuração de valor justo, o valor apurado não refletiria o valor de repasse daquela operação naquela data, uma vez que a taxa de desconto seria muito superior à taxa de correção. Desta forma, a administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de uma eventual liquidação naquela data.

14.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(i) Risco de crédito

O 'Caixa e equivalentes de caixa' e 'Aplicações financeiras' da Companhia são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem grau elevado de *rating*.

SOLAR 7 ENERGIA SPE S.A. (EM FASE PRÉ-OPERACIONAL)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, ao máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém linhas de crédito disponíveis e reservas financeiras aplicadas em instituições financeiras de alto rating para suprir com suas obrigações.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de materiais, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado.

Não há risco relevante de variações nas taxas de juros advindo de seus passivos financeiros, já que atualmente a Companhia não possui nenhuma operação deste tipo.

Operações com derivativos

A Companhia não realiza operações de hedge, swap, ou quaisquer operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

Lorena Times Rossi Ulisses
Diretora

PAULO RICARDO
NASCIMENTO
MOURA:103908744
26

Assinado de forma digital por
PAULO RICARDO
NASCIMENTO
MOURA:10390874426
Dados: 2025.04.23 13:56:06
-03'00'

Paulo Ricardo Nascimento Moura
Contador CRC-PE 028860/O-6

2024 SOLAR 7 NEs.pdf

Documento número #459d5f74-ffd8-40c1-ab4e-c00a7eadfddc

Hash do documento original (SHA256): 18f26ff433458553a8f0379768bbb21e6fe97bfac11bbfbf9b01dc838ee6e0b6

Assinaturas

Lorena Times Rossi Ulisses

CPF: 013.473.274-01

Assinou como parte em 23 abr 2025 às 17:43:07

Log

- 23 abr 2025, 17:39:46 Operador com email monica.rodrigues@casaforteinvest.com.br na Conta 8632cc74-5f7e-4ed8-bfe6-d8c0f7889316 criou este documento número 459d5f74-ffd8-40c1-ab4e-c00a7eadfddc. Data limite para assinatura do documento: 24 de maio de 2025 (19:40). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 23 abr 2025, 17:41:52 Operador com email monica.rodrigues@casaforteinvest.com.br na Conta 8632cc74-5f7e-4ed8-bfe6-d8c0f7889316 adicionou à Lista de Assinatura: lorena.rossi@casaforteinvest.com.br para assinar como parte, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Lorena Times Rossi Ulisses e CPF 013.473.274-01.
- 23 abr 2025, 17:43:07 Lorena Times Rossi Ulisses assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail lorena.rossi@casaforteinvest.com.br. CPF informado: 013.473.274-01. IP: 187.1.168.150. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -8.0896477 e longitude -34.8818706. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1186.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 23 abr 2025, 17:43:12 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 459d5f74-ffd8-40c1-ab4e-c00a7eadfddc.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 459d5f74-ffd8-40c1-ab4e-c00a7eadfddc, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.